

DIRECTOR; RAÚL REGO — REDACTORES; ALBERTO ARONS DE CARVALHO / ALVARO GUERRA / ALVARO TAVARES / ANTÓNIA DE SOUSA ARTUR ALPEDRINHA / BÉLARD DA FONSECA / CARLOS SOARES / GREGO ESTEVES / HELENA MARQUES / JAIME GAMA / JARDIM GONÇALVES JOÃO GOMES / JORGE MORAIS / JOSÉ MAN / MANUEL ARONS DE CARVALHO / MARCELINO MESQUITA / NUNO COUTINHO / PAZ FERREIRA PEDRO FOYOS / ROCHA VIEIRA / RUI CAMACHO / VASCO FERNANDES / VITOR D'REITO

SOCIEDADE DE MEDO

por Raúl Rêgo

A característica das sociedades totalitárias é o medo. O cidadão não tem confiança no seu vizinho nem sabe se ele é um amigo se um delator prestes a traí-lo. Dividida, não tendo o autêntico elo da amizade, da lealdade de homem para homem, a franqueza não existe na sociedade onde predomina o medo.

Durante quarenta e oito anos a desconfiança nos dividiu e foi realmente o medo que ia desfa-

(Conclui na pág. 2)

A BATUTA DA "INTER" COMEÇA A DESAFINAR NA MARGEM DO SADO

O boicote generalizado a que têm sido submetidas as nossas posições, na grande maioria dos órgãos de informação falada e escrita, rapidamente alastrou, sob a batuta de organizações que controlam a vida sindical deste País, a algumas tipografias onde tentámos impri-

mir o «Jornal do Caso República».

Efectivamente, sujeitos a pressões e ameaças, vindas quer do Sindicato das Artes Gráficas, que de elementos de reconhecida filiação partidária, tipógrafos de algumas casas foram levados a não colaborar na impressão do nosso jornal.

Após diversas etapas, o processo de sabotagem culminou nas oficinas do trisemanário «O Setubalense», propriedade de Carlos Bordallo Pinheiro, no passado dia 29. Depois de uma noite de trabalho em que participaram, na feitura do nosso jornal, gráficos de «O Setubalense» e três tipógrafos idos de Lisboa, a notícia, pela manhã, deve ter chegado às sedes locais do P.C.P. e seus satélites. Tanto assim que, cerca das 8 horas, juntamente com trabalhadores daquele trisemanário, entrou nas instalações, a título (oficial) de cliente, um reconhecido pecê da «Margem Sul». A grande manobra começou, com a ajuda de dois ou três gráficos locais e outros tantos elementos do Sindicato das Artes Gráficas que, invocando a solidarie-

dade das classes «trabalhadoras», conseguiram plenamente os seus intentos: impedir que a publicação se consumasse, numa altura em que a rotativa estava pronta a funcionar. Paralelamente, os

objectivos da Intersindical estavam, mas uma vez, conseguidos. Sim, escrevemos Intersindical (com todas as letras). Este foi, de facto, o grande teste da Inter: ava-

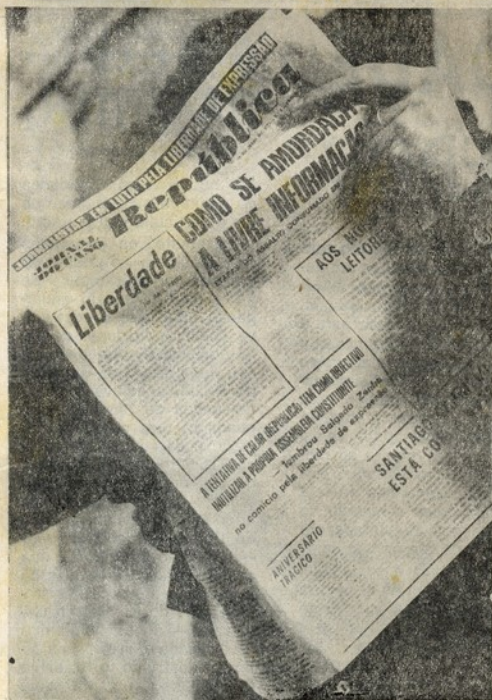
(Conclui na pág. 2)

Pagos os salários aos trabalhadores da "República"

O pagamento dos salários aos dia 20 de Maio, data da selatrabalhadores da «República» até gem das instalações da empresa, foi ontem, dia 30, decidida no decorrer de uma reunião entre o administrador-delegado, dr. Gustavo Soromenho, e representantes da «Comissão de Trabalhadores». No decorrer da reunião, realizada nas instalações do Ministério do Trabalho e perante um seu

representante, foi ainda decidido efectuar o pagamento dos retroactivos devidos pelo novo Acordo Colectivo de Trabalho do sector administrativo e outros.

Relativamente ao pagamento dos 10 dias do mês de Maio, em que as instalações do jornal permaneceram encerradas e as suas actividades suspensas, a administração entendeu não dever efectuar-ló.



Milhares de mãos como estas agarraram o primeiro número do «Jornal do Caso República». Milhares de mãos que procuravam a verdade de um caso. Milhares de mãos que se estenderam num gesto de firme e inequívoca solidariedade. Milhares de mãos que corresponderam ao apelo de um punhado de homens empenhados em defender a liberdade de opinião

O êxito do nosso primeiro número marca a vontade do povo português

O primeiro número do «Jornal do Caso República» foi recebido pelo público de forma entusiástica.

Em pouco tempo a primeira edição esgotou-se. Grupos de leitores da «República», espalhados pela cidade de Lisboa, venderam rapidamente este jornal da luta dos jornalistas pela liberdade de expressão.

As manifestações de inteira solidariedade com a Direcção e a Redacção da «República» assumiram as formas mais variadas que se exprimiram de forma concreta a adesão total à nossa causa.

Digamos que há uma maioria de pessoas neste país que acreditam que a liberdade de expressão é indispensável ao processo político iniciado em 25 de Abril de 1974.

O POVO PORTUGUÊS DE NORTE A SUL DÁ-NOS O SEU APOIO

De todo o País, centenas de leitores continuam a enviar-nos mensagens de solidariedade com a nossa luta pela liberdade de Imprensa, recuperada em 25 de Abril e hoje de novo ameaçada. Eis mais alguns dos telegramas recebidos:

De Vila do Conde: «10 trabalhadores secção de Finanças Vila Conde protestam contra ocupação jornal «República» baluarte antifascista viva informação livre. a) Baptista Vasques Baldaia Alvisio Rosa Carvalho Martins Ferreira Machado Reis.»

Do Porto: «Grupo maioritário trabalhadores Banco Agricultura Porto repudiam assalto efectuado jornal «República» voz independente nosso jornalismo apoiam corpo redactorial e director Raúl Rego grande lutador antifascista intrinseco gente defensor da liberdade informação nosso país.»

De Aveiro: «Protesto indignado afronta feita director e corpo redactorial grande isento jornal honra imprensa portuguesa. a) Velho assinante Francisco Lima Aveiro.»

De Lisboa: «Grupo trabalhadores Caixa Previdência S.M.S. assinantes jornal «República» protesta atitude ilegal trabalhadores tipógrafos contra director corpo redactorial.»

De Mortágua: «Assinante protesta lamentáveis acontecimentos exigindo imediata reintegração director dr. Raúl Rego e corpo redactorial. Pretendo «República» continue tribuna livre povo português. a) Gelásio Teles.»

De Castanheira de Pera: «Indignado posições tomadas reitera total confiança lutador antifascista Raúl Rego e pede cancelamento imediato sua assinatura. a) Abílio Gama Henriques.»

De Peniche: «População Peniche trabalhadores impossibilidade presença efectiva apoia orientação Raúl Rego abaixo prepotência. a) Secção Partido Socialista de Peniche.»

De Famalicão: «Assinando «República» vários anos apresento voto confiança direcção Raúl Rego, rejeitando aventureirismos que pretendam desviar linha de acção seguida desde sempre. a) Artur Sousa Lopes.»

De Aveiro: «Apoio incondicional a Raúl Rego. a) Leitor da «República.»

De Gouveia: «Repudiamos atitudes grupos minoritários quanto a Raúl Rego. a) Um grupo de leitores.»

Das Caldas da Rainha: «Trabalhadores indústria de seguros das Caldas da Rainha denunciam manobra minorias contra-revolucionárias no sentido afastar combatente anti-fascista Raúl Rego direcção jornal «República.»

Do Porto: «Assinante jornal «República» indignado protesta atitude trabalhadores tipógrafos que serve corrente politica contrária aos interesses dos leitores.»

Da Amadora: «Que viva a «República» de Raúl Rego. a) José Ramos e Ramos.»

De Braga: «Associando-me justa homenagem aos grandes defensores das liberdades democráticas faço votos progresso socialismo em liberdade. a) António de Oliveira.»

Do Porto: «Grupo trabalhadores da Marinha Mercante toma posição quanto à liberdade de informação independente do jornal «República» e manifestam a sua preocupação quanto à situação de liberdade de acção que neste momento os directores doutores Raúl Rego e Vítor Direito possam ter. a) Trabalhadores da Marinha Mercante.»

De Bragança: «Repudiamos mais esta tentativa de assalto de locais de trabalho honesto de órgão de informação por minorias partidárias apenas interessadas em manipular povo português para nova ditadura. Estamos solidários convosco e continuamos a acreditar na honesta informação transmitida por vosso jornal. a) Por um Grupo de leitores de «República» — Fernando de Araújo da Cruz Coutinho.»

De Évora (dirigido ao nosso camarada João Gomes): «Receba abraço de solidariedade. Estou na luta a bem de Portugal. a) Alves Gomes.»

Do Porto: «Grupo de trabalhadores do Banco de Portugal do Porto protestam contra ocupação do jornal «República.»

De Braga: «Grupo de leitores do jornal «República» da Caixa de Previdência de Braga apoiam direcção jornal dr. Raúl Rego.»

Da Marinha Grande: «Núcleo Ricardo Gallo da Marinha Grande, representando cerca de 40 leitores desse jornal dá incondicional apoio ao camarada Raúl Rego.»

De Idanha-a-Nova: «Leitores República de Ladoeiro (Idanha-a-Nova) repudiam e protestam contra manipulação de jornal, apoiam Raúl Rego, único defensor liberdades e apoiam a decisão dos órgãos de PS no Governo. Vivamos as liberdades! a) Leitores de Ladoeiro.»

Do Porto: «Inteira solidariedade com direcção «República», digno símbolo da defesa da democracia, e protesto veemente contra indigno procedimento nova demagogia. a) João Victor Macedo Pinto.»

De Aveiro: «Apoio inteiro incondicional director «República», Raúl Rego. a) Um leitor.»

De Leiria: «Secção P.S. MAP, representando dezenas de leitores da «República», repudia assalto aquele jornal e apoia o antifascista e democrata de há longos anos, Raúl Rego.»

Do Porto: «Repudiamos veementemente tomada posição minoritária. Os leitores também tomam deliberações. Desejamos imprensa livre. a) Reunião moradores freguesia Campanhã.»

De Moura: «Na minha qualidade de leitor e accionista jornal protesto contra autêntico roubo se está fazendo da «República», verdadeiro ultraje liberdade do povo português. «República» nunca foi igual aos restantes, mas sim do povo. Sendo também propriedade de quem o faz

é mais propriedade ainda maioria dos trabalhadores seus accionistas.»

De Vila Nova de Gaia: «Grupo trabalhadores da UTIC - Gaia, repudiam tomada assalto jornal «República», único jornal válido até 19 corrente e manifestam total apoio seus directores e redacção.»

Da Marinha Grande: «Trabalhadores socialistas empresa Anibal H. Abrantes manifestam o seu mais vivo repúdio pela tentativa reaccionária de isolamento do jornal «República» e do veterano anti-fascista Raúl Rego.»

De Aveiro: «Manifesto meu inteiro apoio ao director «República». a) Um leitor do jornal.»

De Lisboa, dirigido a Raúl Rego: «Emocionada como milhares portugueses li Jornal «Caso República» prova resistência inquebrantável dos lutadores contra toda forma censura. «República» pertence ao Povo que a lê e concorda com a sua orientação e não a minorias manipuladoras. Liberdade informação não morrerá. a) Maria João Vasconcelos.»

(Continua no próximo número)

PRIMEIROS DONATIVOS

Simplesmente anónimos ou corajosamente identificados, começam a chegar à nossa Redacção os primeiros donativos para a causa em que estamos empenhados.

Alguns são acompanhados de significativas missivas, que publicamos em outro local desta edição; outros vêm sós — cheques ou notas que nos chegam, hora após hora, à Rua da Emenda.

São contribuições de grande significado. A primeira lista, que divulgamos de seguida, totaliza 13 195 escudos.

Tabacaria Almeida Cordeiro, 25 esc.; José Augusto Amorim, 100 esc.; Rockfeler Augusto Faustino, 100 esc.; João Paulo Azevedo Gomes, 250 esc.; Amândio Neves Leal, 50 esc.; Eduardo Santiago Campelo, 1000 esc.; Graça Maria Coelho das Neves, 100 esc.; João Cândido Lemos, 100 esc.; Marcelino Gonçalves, 100 esc.; Luis Conceição Agostinho, 50 esc.; Felisberto Augusto Araújo, 50 esc.; Júlio César Figueiredo, 500 esc.; Ramalho Rosa, 1000 esc.; Luis Filipe Fontes, 500 esc.; Manuel Matos Viegas, 1000 esc.; António Costa Ramos, 1000 esc.; António Manuel Vaz, 500 esc.; Alvaro Oliveira Nascimento, 100 esc.; António Garcia Barbosa, 500 esc.; António Cunha Freitas, 100 esc.; Maria Luisa Gaspar, 100 esc.; António Cachadinha, 2000 esc.; Albano Matos de Oliveira, 500 esc.; António Evangelista, 50 esc.; Lindolfo Rodrigues, 50 esc.; Assunção Homem, 50 esc.; Clara Gonçalves, 60 esc.; Edgar Elias, 50 esc.; Manuel Vieira, 20 esc.

ANÓNIMOS

3 leitores 20 esc.; «Dardo», 900 esc.; 1 leitor, 200 esc.; 1 leitor, 100 esc.; 2 leitores, 120 esc.; leitores da Universidade Nova de Lisboa, 680 esc.; leitores do Montijo, 150 esc.; grupo de ferroviários, 260 esc.; 2 leitores, 400 esc.; 1 leitor, 50 esc.; 1 leitor, 20 esc.; 1 leitor, 50 esc.; 1 leitor, 100 esc.; 1 leitor, 20 esc.; 1 leitor, 20 esc.; 1 leitor, 20 esc.

SOCIEDADE DE MEDO

(Conclusão da 1.ª pág.)

zendo todos os elos construídos na convivência de séculos e no seguimento do ideal e do interesse comuns. Ia-se tornando em poeira o portuguesismo e só fora das fronteiras sabíamos o que se passava dentro delas e quem eram os que estavam perto de nós ou que muito se distanciavam. Não se falava com avontade com medo que as nossas palavras fossem servir de libelo condenatório, traduzidas na linguagem dos judeus. Por isso mesmo a liberdade amordaçada e os laços de amizade se transformaram em grilhetas de servidão.

As grilhetas foram quebradas mas não se reconquista a confiança de um momento para o outro, nem tão pouco a

A BATUTA DA «INTER»

(Conclusão da 1.ª pág.)

liar quais as possibilidades de manobra num sector que lhe é particularmente afecto.

Entretanto, os jornalistas da «República», a pedido de um gráfico, retiraram-se de junto das máquinas, aguardando uma decisão definitiva dos trabalhadores de «O Setubalense». Actuando a seu bel-prazer, o «cliente» do P.C.P., coadjuvado pelos delegados do Sindicato, impunha (é o termo) a lei do medo e da ameaça. A coacção resultou. As 17 horas, depois de uma noite «em branco», os redactores da «República» ouviam da boca de Carlos Bordallo Pinheiro — o mesmo proprietário que apoiou, através da oferta da tipografia e do papel, os trabalhadores do «Jornal do Comércio» — a noticia de que os gráficos da empresa tinham destruído o trabalho empreendido durante uma noite e uma manhã.

Uma voz livre, ainda no «chumbo», tinha sido calada. Algures, festejando o triunfo, os sabotadores da liberdade esqueciam, prematuramente, que a liberdade não se abafa com a repressão. Olvidaram isso. E perderam.

Leitores pronunciaram-se sobre a «Administração Belo Marques»

Entre as inúmeras críticas que até agora nos chegaram sobre a eficiência da administração Belo Marques, muitas delas têm por ponto comum as deficiências de distribuição do jornal. A título de exemplo, transcrevemos uma carta dirigida ao director da «República»:

«Gostaria de ver esclarecido o seguinte:

Será de admitir que possa ter havido racionamento na entrega do jornal «República» aos jornalistas que o vendiam, conforme penso poder ser demonstrado por um inquérito a esses vendedores?

Porque razão alguns postos de venda, que só eram fornecidos por meio dos vossos carros de distribuição ou por via férrea (linha de Sintra) várias vezes se encontrava já esgotada a edição às sete horas da tarde e até mais cedo?

Trabalho numa oficina (metalúrgico) e só saio às sete da tarde; por esse motivo algumas vezes comprei outros jornais. Não tenho local certo de compra de jornais e, por vezes, perguntei aos vendedores quando não tinham a «República» a que se devia esse facto. A ideia que me davam era de que a tiragem não dava para todos os jornaleiros e vendedores, daí não lhes darem o número de exemplares que pediam; outros não sabiam porquê. As minhas perguntas apenas se baseiam nisto, e como se fala muito em sabotagens económicas, não só na informação como nos outros sectores, pergunto: quais os motivos que estão na origem disto? (...)

Tenho 28 anos e é a primeira vez que me dirijo a um órgão de informação, e se o faço é porque penso que chegou a altura de todos contribuírem para uma mais livre e objectiva informação no nosso país.

Como mostrei esta carta a alguns amigos eles também quiseram assinar.»
Seguem-se 10 assinaturas.

Nem a Classe, nem o Sindicato foram vinculados pelas mini-votações da última Assembleia Geral

Na Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas, ontem efectuada na Casa da Imprensa, foi aprovada uma moção, apresentada por Mário Mesquita, nos termos da qual será enviado «um esclarecimento à Imprensa acerca das moções aprovadas sobre o caso «Repúblicas» que, ao contrário do que foi noticiado nos órgãos de informação, não vinculam o Sindicato nem a classes». Isto porque a crise do nosso jornal não constava da ordem do dia da assembleia anterior, pelo que as votações efectuadas só comprometem os presentes à reunião.

Mas quantos pretextos não foram invocados, ontem, na Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas para evitar que o caso «República» fosse discutido? Acaso haveria sofisma que não servisse para adiar esse acto eminentemente contra-revolucionário — a realização de uma A. G. tendo como ordem

do dia a actual situação do nosso jornal?

Efectivamente, um grupo de jornalistas cometeu uma loucura: apresentou uma proposta solicitando «a convocação, com a brevidade possível, de uma assembleia geral para análise da situação do jornal República». Invocavam estes inocentes motivos: o caso ainda não foi suficientemente debatido no seio da classe; o assunto só fora analisado numa assembleia geral convocada com outra ordem de trabalhos, à qual não estiveram presentes sequer dez por cento dos sócios.

Os subscritores desta proposta eram na sua maioria nossos

camaradas de redacção. E apesar de tudo, só duas pessoas (de entre os cinquenta e poucos presentes) ousaram votar contra. Os outros aprovaram: qualquer outra atitude seria demasiado escandalosa.

Logo a seguir veio a resposta. Saltou para a mesa uma proposta do sr. Eugénio Alves (hoje D. L., ontem «Repúblicas»). Dizia a proposta que dada a urgência em discutir os estatutos do sindicato, só depois de aprovados estes se deveria debater o caso do nosso jornal. A manobra triunfou: 24 votos a favor, 13 contra e 2 abstenções. O caso «República» ficará à espera de melhores dias.

Entretanto, alguém sugeriu que, a fim de mobilizar gente para discutir os estatutos se lhes atirasse com o isco da «República» para a frente. Quer dizer: inscrevia-se o caso do nosso jornal na ordem do dia, depois, quando a goela estivesse cheia, trocavam-se as voltas — em vez de «República» reviam-se estatutos!

Esta subtil teoria justifica que se levantem algumas interrogações. Porque motivo mobilizará a «República» mais gente do que os estatutos considerados mais importantes?

Porque razão não aparece ninguém nas Assembleias Gerais, quando o Sindicato e a sua direcção tem defendido, com o seu significativo silêncio a liberdade de imprensa neste País? Que estranho jornalismo é este, meu caro André, onde

Texto enviado pelos Jornalistas de «República» ao seu Sindicato

Os jornalistas da «República» apresentaram, à assembleia geral do Sindicato dos Jornalistas — reunida na Casa da Imprensa, no dia 26 de Maio, para discussão dos novos estatutos — o seguinte documento, assinado por Raul Rego, Vitor Direito, João Gomes, Rui Camacho, Helena Marques, Vasco Fernandes, José Rocha Vieira, António de Sousa, Alvaro Távares, Pedro Foyos, Manuel Arons de Carvalho, José Man, Artur Alpendrinha, António Marcelino Mesquita, Alvaro Guerra, Nuno Coutinho, Alberto Arons de Carvalho, João Manuel Grego Esteves, Agostinho Jardim Gonçalves, Jorge Morais, Eduardo Paz Ferreira e Carlos Soares.

«Os jornalistas da «República» abaixo assinados protestam energicamente junto da Direcção do seu Sindicato pelo facto de esta não ter tomado qualquer posição relativamente ao conflito surgido no jornal «República», entre uma Comissão Coordenadora de trabalhadores e os jornalistas que compõem a sua Direcção e Redacção. «As tentativas feitas para deslo-

car o caso para o campo do conflito de trabalho interno não puderam obter êxito, pois não houve qualquer litígio de ordem laboral, tendo isto sido confirmado pelas opiniões emitidas pelo Ministério da Comunicação Social e pelo Conselho da Revolução.

«Trata-se, isso sim, de uma clara violação da Lei de Imprensa, especialmente das disposições que asseguram a independência do trabalho jornalístico e a liberdade de expressão.

«Na própria edição (divulgada em 19-5-75) abusiva, ilegal e contrária aos princípios deontológicos da nossa profissão, se afirma em editorial:

«Os trabalhadores de «República», representados pela sua Comissão, não desejam que a administração pare a sua actividade; não desejam a autogestão; não desejam a coexistência. Não têm sequer críticas a efectivar àquela administração».

«O caso é, pois, tão claro e representa ofensa tão grave à nossa profissão, que nos vemos obrigados a condenar formalmente a Direcção do nosso Sindicato, eleita para defender os direitos dos jornalistas e não para assistir passiva e indiferente a um conflito gravíssimo e de projecção nacional, que envolve a classe que representa e ameaça a liberdade de expressão, consignada na Lei, e aspiração máxima porque lutámos durante dezenas de anos.

«Os jornalistas da «República» abaixo-assinados exigem a demissão imediata da Direcção do seu Sindicato, tendo por motivo a incapacidade claramente demonstrada para defender os mais elementares princípios da profissão que representa.

«Pedimos que, desta carta, seja dado conhecimento a todos os sócios do Sindicato, com indicação dos signatários.»

os melhores no Sindicato não de ser sempre os piores na redacção?!

ABRILADAS CONTRA ABRIL

Neste país sem projecto de sociedade, a política do facto consumado assume força de lei. A Revolução torna-se improvisação — o que não quer, infelizmente, dizer imaginação.

Sem procurar muito, encontramos na história deste século esquemas paralelos que, sem originalidade, se vão instalando aqui, sem crítica nem futuro.

Um desafio permanente é lançado à realidade quotidiana, num estilo perigosíssimo de «miquelismo progressista».

No entanto, há quem, como nós, considere um risco enorme fazer de Abril uma «abrilada permanente».

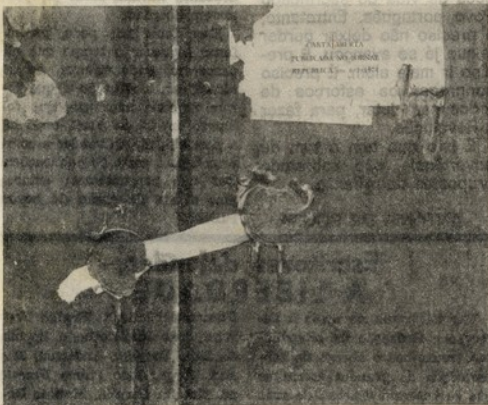
Se a ideia dos campeões da vénia ao M.F.A. se reduz a, não podendo reinar num país vivo, pretender reinar num país assassinado, as coisas vão bem e o projecto corre de feição.

Aqueles que, como nós, acreditamos na vida e recusamos a destruição que abra passo à tirania, têm propostas a fazer (propostas que recusam o sacrifício inútil e total), querem ser ouvidos.

talvez por isso nos queiram calar... Caso tal se confirme, convém que o facto seja anunciado ao país. Sem ambiguidades. Porque o povo quer saber com que linhas o cose.

A Revolução não pode ter medo da verdade!

ALVARO GUERRA



Portas seladas — triste desfecho provocado por um atropelo à Lei

Sonegar a informação é travar no processo revolucionário a participação do Povo

A Revolução ainda não está consolidada e já forças poderosas se movem para pôr de parte os contributos, ainda que modestos, daqueles que desejam sinceramente o avanço do processo revolucionário, dos que desejam convictamente que se estabeleça no nosso País uma sociedade mais justa.

Este irradiar de elementos integrados no processo revolucionário é a consequência lamentável da luta pelo Poder, travada determinadamente e sem escrúpulos, contra os reais interesses do Povo português. O que se está a passar neste momento, no nosso País, a diversos níveis, e principalmente em relação ao «contrôle» dos órgãos de Informação, é um crime. Pessoas responsáveis por um passado de luta antifascista, acolitados pelos oportunistas que proliferam sempre nos momentos de confusão e deles procuram tirar o máximo proveito, estão a enfraquecer o País perante o avanço da direita, do grande capital que não deixará de estar atento para aproveitar todas as brechas.

O que se passou na «República» foi um exemplo das arremetidas pelo «conrôle» dos órgãos de Informação, por quem não podia consentir que existisse na Imprensa portuguesa uma voz tão totalmente ecoante. O «Seculo», o «Diário de Notícias», o «Diário de Lisboa» tinham

sido transformados em porta-vozes das posições do P.C. A «Capital» escudava-se no profissionalismo para não ter de assumir (ou talvez não fosse essa a sua intenção) uma atitude crítica perante os acontecimentos. «República», desde a primeira hora empenhada na revolução, assumia, porém, perante ela, uma posição crítica. Não era a simples correira de transmissão das posições de partido, que se pretendia senhor único da Revolução, nem tão pouco das orientações do M.F.A., que a levava a cabo e aparece publicamente a coordená-la.

Dentro do processo revolucionário, «República» assumiu uma posição crítica durante toda a evolução do processo, ciente de que são necessários pontos de correcção para o próprio avanço da Revolução. Como poderia esta posição ser aceite por aqueles que actuam por palavras de ordem e não estão habituados ao salutar exercício da crítica e da autocritica? «República» era uma etapa a mais na escadela. Outras, se acaso tivesse sido vencido esta, se lhe seguiriam. Não será difícil de prever quais.

UM FOSSO ARTIFICIAL

Quem moveu os cordelinhos por detrás da movimentação na «República» não contou com a resistência dos seus redactores. Ou

não a considerou cabalmente. Temos a certeza de que depois de tudo o que se disse, depois do que se escreveu acerca da «República», haveria muito boa gente que preferiria que o problema não tivesse sido levantado. Agora é tarde. Os dados estão lançados. Ou se consagrará publicamente a institucionalização da censura, ou a «República» continuará a ser o que sempre foi, um órgão de informação combativo, crítico, de tendência socialista.

Uma acção de sapa foi desenvolvida junto de alguns trabalhadores. Na primeira fase foram realçadas as rivalidades partidárias e dadas palavras de ordem que não foram cumpridas. A rivalidade existente e fomentada durante o regime fascista entre trabalhadores manuais e intelectuais seria, e então, acirrada, numa clara manobra divisionista dos trabalhadores e até numa profissão em que o trabalhador intelectual tem a função de desencadear todo o restante processo produtivo. O fosso cavado artificialmente entre trabalhadores intelectuais e manuais foi tão profundo, que os trabalhadores gráficos chegaram ao ponto de retirar o título de trabalhador a jornalista. Se o jornalista não é um trabalhador, que é então?

NÃO A CENSURA INTERNA

Os colegas tipógrafos de ontem, os amigos de ontem, apareceram em oposição aos jornalistas, a querer sobrepor-se à especialidade da sua função. Depois de estes terem dado um voto de confiança à direcção, que significava tem a exigência da sua demissão, senão um voto de desconfiança à própria Redacção? Os trabalhadores da produção, ultrapassando a evolução de um processo de participação em estado adiantado, aparecem a querer assumir o «contrôle» ideológico do jornal.

Não se tratava da participação crítica do total dos trabalhadores, através dos seus órgãos representativos, no produto (o jornal) que todos produziam. Era a institucionalização da censura a nível interno que se pretendia impor. E isso os jornalistas não o poderiam aceitar, em nome da Revolução, que se quer participada conscientemente, e em nome de uma profissão que foi dignificada com o 25 de Abril.

A maior parte de nós, jornalistas, aprendeu a escrever contra a censura, de for-

ma a informar o mais completamente possível. Mas todas as artimanhas aprendidas para driblar os censores fascistas, não poderiam nem deveriam ser usadas contra os trabalhadores, contra camaradas de trabalho. Isso era a negação das amplas liberdades restituídas ao Povo português pelos capitães do 25 de Abril.

Atravessamos um momento de confusão. Manifesta-se a todos os níveis uma crise de autoridade. Repudiamos, desde já, a autoridade repressiva, de que todos temos más recordações. Mas sem uma autoridade saudável, equilibrada, não vemos processo de a Revolução chegar a bom termo. Tudo, neste momento, caminha rapidamente. As leis revolucionárias de um dia são consideradas desactualizadas no outro. Será isto a prova de que a Revolução caminha depressa ou de que reina um espírito de enarquia em que vale tudo?

É certo de que a Revolução se faz a cada momento e o processo evolui para lá do «contrôle» possível de quem quer que seja. Neste momento, não há senhores da Revolução. Há condutores e manipuladores. Estes últimos, por muito que se digam fiéis ao M.F.A. e servidores do Povo português levam, sobretudo, a cabo uma estratégia, para levar avante o objectivo claro da conquista do Poder.

Entretanto, a Revolução está por consolidar. Entretanto, diminuíram substancialmente as reservas monetárias. Entretanto, a produção diminuiu e é preciso produzir para aumentar a riqueza do País, para fazer sair vitoriosa a Revolução, para melhorar, efectivamente, as condições de vida do sacrificado Povo português. Entretanto, é preciso não deixar perder o que já se avançou. É preciso ir mais além. É preciso congregos os esforços de todos para lutar, para fazer a Revolução.

E isto que tem o tom de advertência, são sobretudo propostas de reflexão.

ANTÓNIA DE SOUSA

Escritores defendem A LIBERDADE

Um telegrama de apoio à Direcção e Redacção da «República» trouxe-nos o abraço de solidariedade de grandes escritores que se bateram dezenas de anos contra o fascismo.

O telegrama era assinado por

OS NOVOS PIDES?

Aconteceu na Praga Paiva Couceiro, em Lisboa. Dois leitores da «República», que vendiam o primeiro número do «Jornal do caso República», na tarde da passada quinta-feira, foram objecto de uma queixa na esquadra da P.S.P. do Alto do Pina, acusados de venderem uma publicação clandestina. A maneira como se processou a sua prisão revela o «estilo pidesco» que alguns pretendem fazer regressar à vida portuguesa.

Nós contamos. Um «comprador» dirigiu-se a um dos referidos leitores. Quería adquirir um exemplar, mas só tinha uma nota de 100 escudos. O vendedor disse não ter troco e aquele convidou-o a ir a uma taberna próxima onde lhe arranjariam moedas. Chegadas ali, caíram-lhe em cima mais uns dez a doze indivíduos que, em cerco apertado, começaram a atacá-lo em tom insultuoso. E argumentavam que estava a vender um jornal clandestino. Justificando a classificação, diziam: o jornal custa \$250 e o preço que ora se pratica é de 4\$00. E acrescentavam: Isso é a «República» e o jornal está selado, portanto, não pode sair.

O leitor-vendedor contra-argumentou, mas os seus atacantes não cediam. Um deles — o mais assanhado — insistia em levá-lo à esquadra da Polícia. Aquele, porém, recusou-se, dizendo não lhe reconhecer autoridade para tal. E perante a sua firmeza e determinação, disse que, então, iria chamar agentes que o levariam.

O denunciante e queixoso é o sr. Carlos Alberto da Silva Freitas, segundo vogal da Direcção do Sindicato Nacional das Artes Gráficas. Um dos detidos foi Carlos Guilherme Carvalho Rodrigues.

Como não podia deixar de ser, acorreram logo à esquadra do Alto do Pina diversos camaradas, que procuraram esclarecer o que se passara, tendo alguns deles sido dirigido até ao Governo Civil, onde falaram com o oficial de serviço.

Regressados à esquadra, tiveram a feliz notícia de que os acusados haviam saído já, postos em liberdade.

Esse facto não pode, porém, fazer esquecer o tempo que ali passaram, onde tiveram de se identificar, a situação a que foram sujeitos num país que foi libertado em 25 de Abril, onde há a possibilidade de vender e comprar toda a sorte de publicações. Daí que perguntemos: estaremos diante da acção de novos PIDES?

Fernando Namora, Virgílio Ferreira, João José Cochofel, Sophia de Melo Breyner Anderson, Miguel Torga, João Palma Ferreira, Natália Correia, Matilde Rosa Araújo e Rogério de Freitas. Obrigado.

Oposição Espanhola solidária com Raúl Rêgo

«Uma gravíssima ameaça contra as esperanças da liberdade e justiça» de 25 de Abril — eis como oito organizações da opinião espanhola classificam o atentado à liberdade de Informação perpetrado na «República», em mensagem enviada ao dr. Raúl Rêgo.

O texto do comunicado, que passamos a transcrever, é assinado pela Federação Popular Democrática, Partido Nacionalista Basco, União Geral de Trabalhadores, União Democrática do País Valência, Esquerda Democrata-Cristã, Partido Socialista Obrero Espanhol, União Democrática da Catalunha e União Social-Democrata Espanhola.

«Estimado Raúl Rêgo: Face ao atropelo de que foram vítimas, na sua pessoa, a liberdade de expressão, os

mais essenciais valores democráticos e a possibilidade de exercer a crítica, tornamos pública a nossa mais enérgica repulsa por tão lamentável acto e a nossa mais sincera adesão à clara linha de independência e de luta pela autêntica democracia, que durante tantos anos defendeu à frente da «República».

«Os factos que condenamos constituem uma gravíssima ameaça contra as esperanças de liberdade e crítica que o 25 de Abril despertou no povo português e no nosso próprio povo. Por isso, confiamos em que o esforço que os partidos democráticos do seu país estão realizando pela defesa da integridade de tais princípios, conduza a um pronto restabelecimento dos mesmos, em Portugal.»

A bem da Revolução

• Reflexões a propósito de declarações de Vítor Alves

Segundo noticiam as agências, o major Vítor Alves, falando, ontem, com jornalistas espanhóis, durante uma escala técnica em Madrid, declarou que o caso «República» está praticamente resolvido e que se tenta fazer parecer o jornal muito em breve. Ainda sobre o nosso caso, o major Vítor Alves considera que

ele é normal na construção da democracia, além de «típico do confronto entre comunistas e socialistas, coisa normal em todos os países». Considerou ainda aquele destacado membro do Conselho da Revolução que «em Portugal não tínhamos o hábito destes problemas entre partidos, porque não

possuíamos partidos», adiantando que «depois de semelhantes problemas entre partidos, a situação política portuguesa será muito mais clara e, em consequência, será a Revolução quem beneficiará». Registamos com muita alegria a informação de que o caso se encontra praticamente resolvido.

Tentamos fazer reaparecer a nossa «República» muito em breve, já que não podemos conceber outra solução para o diferendo, conforme com a justiça, ou seja, com aquilo por que nos temos vindo a bater. Diferentemente, porém, do major Vítor Alves, não consideramos que a espolição que tentaram impôr-nos seja «típica do confronto entre socialistas e comunistas», já que, em verdade, o que se passou foi a tentativa de transposição de um degrau mais na escalada pelo «contrôle» de todos os meios de informação, tentativa essa que encontrou pela frente a oposição — quase inédita neste País recontrado e certamente inesperada — de um grupo de jornalistas e homens livres, nem todos do Partido Socialista, que entenderam gritar «NÃO».

voto de que, resolvida a questão, «a situação política portuguesa será muito mais clara e, em consequência, será a Revolução quem beneficiará».

«Diário de Notícias»: Pluralismo e Tradição

As votações no «Diário de Notícias» andam renhidas... Claro que do pluralismo de opinião que sugerem votações tão equilibradas não se nota vestígio nas páginas do jornal, o que não abona muito a prática democrática interna do matutino de maiores tradições governamentais.

Exemplo: «Na sua edição de quinta-feira publicou o «Diário de Notícias» um comunicado do Partido Socialista, seguindo de resposta dada pelos trabalhadores desta casa. «A assinatura deste último texto era feita em nome dos trabalhadores do «Diário de Notícias», entendendo-se, assim, que todos os empregados do jornal davam a sua adesão à resposta. «Acontece que, na Redacção, se fez uma votação secreta que deu os seguintes resultados: 19 jornalistas votaram contra a publicação do comunicado, 19 votaram a favor, houve um voto em branco e uma abstenção. Luís d'Oliveira Nunes, Manuela de Azevedo, Mateus Boaventura

Amanhã podem vir a arrepender-se

«Estamos numa revolução. Ainda bem. Mas pensem que ela só poderá vingar se for realizada com verdade nas suas vozes discordantes, críticas, pois é nessa diversidade que está o motor de todas as revoluções.»

Estas são palavras de Rogério de Freitas, numa «Carta aberta aos jornalistas portugueses», publicada no «Jornal Novos» de ontem. Diz o articulista, em conclusão das suas considerações: «Uma dessas vozes é, sem dúvida, a «República». Ela tem de estar na rua hoje, amanhã e sempre, encabeçada pelo nome digno de lutador que sempre foi Raúl Rego. Que não o esqueçam todos os jornalistas portugueses que não se querem demitir da sua dignidade de homens livres deste país. Amanhã podem vir a arrepender-se.»

Tratando fundamentalmente da posição tomada pelos jornalistas presentes à assembleia do Sindicato no passado dia 26, Rogério de Freitas começa por dizer: «O caso «República», que tanto tem dado que falar, é, digam o que disserem, tirem dele os que o atacam as ilações que entendem os que partidariamente lhes convenha tirar, um dos mais graves, que aconteceu até hoje na imprensa portuguesa. Isto se pensamos que vivemos numa democracia, sem censura e com as mais amplas liberdades da expressão do pensamento. Parece-nos, assim, que ele diz directamente respeito aos jornalistas deste país e, consequentemente, ao seu Sindicato.»

E acrescenta, mais adiante: «Acontece que o referido Sindicato nos disse o que defendia e quem defendia. Estava, pois, do lado dos trabalhadores contra os jornalistas, o que desde logo me surpreendeu. Contudo, observando o melhor o seu comunicado, verifiquei que na votação da moção aprovada tinham votado a favor 29 jornalistas, 27 contra e sem nenhuma obstenção. O que vinha provar que, na referida assembleia geral extraordinária, apenas haviam comparecido 56 jornalistas. Confesso que estranhei.»

Noutro passo da sua «carta aberta», Rogério de Freitas interroga-se: «Como se passava, pois, com os homens da Informação? Que medo os havia tolhido subitamente, para não acorrerem em defesa de camaradas que se encontram perante uma crise que amanhã os poderia envolver a eles também? Ou, egoisticamente, pensariam que problemas destes não voltariam a repetir-se? Que lhes acontecia? Voltei a reflectir sobre o assunto e tudo aquilo que ele implica. Claro que o problema da unidade estava intimamente ligado. Nunca neste país se falou tanto

nela, e sobretudo, em unidade sindical. Unidade que, pelo que nos dizem todos os dias, é a verdadeira força dos trabalhadores. Também penso assim. Mas como compreender então que, quando camaradas como os da «República» se encontram em luta pela liberdade de expressão do seu jornal, a grande maioria dos seus companheiros se esconda, se cale, não apareça a apoiá-los, como se quisesse «sacudir a água do capote», tudo sem ruído, sem fazer ondas, como medo não se sabe de quê? Ou sabe-se?»

Claro que o problema da unidade estava intimamente ligado. Nunca neste país se falou tanto

na imagem inesperada, assim que o soubemos em tal estado, perguntámos perplexos a amigos da Emissora Nacional, por onde ele andou, se seria lá o trabalho que o cansara tanto. Foram categóricos: também não foi lá que ele se cansou. A partir daí desistimos e ficámos com duas hipóteses: Há os que pensam que ele se cansou a preparar a viagem para a Holanda. Há outros que afirmam que foi a preparar o golpe de mão do passado dia 19. Das muitas afirmações de Belo Marques, transcrevemos mais uma, em que explica porque é que queria ser director: «Fiquei para tentar transmitir ao «República» as suas linhas orientadoras do órgão de comunicação feito e dirigido à medida de individuais tradições históricas.» Esta é das melhores. Para garantir a fidelidade à tradição histórica do jornal, propunha-se o ex-publicitário substituir-se ao antifascista Raúl Rego, um dos homens que justamente assegurou essa tradição histórica. Prescindimos de mais comentários.

O POVO PORTUGUÊS JÁ SABE DE QUE LADO ESTÁ A RAZÃO

A vossa curiosidade em saber notícias do sr. Alvaro Belo Marques, ex-publicitário, ex-candidato a director de Programas da Emissora Nacional e ex-director clandestino de um jornal pirata que saiu sob o nome de «República» no dia 19 de Maio, foi hoje satisfaita.

Das muitas reclamações, queixas, lamentos e profissões de fé do sr. Belo Marques, ressaltamos algumas, pela sua originalidade ou pelo seu impudor: «A luta dos trabalhadores da «República» — diz Belo Marques que também é a minha luta, vem de longos. Das palavras do candidato a director da «República» não se percebe facilmente a que luta se refere. Mas trata-se, seguramente, da luta pela destruição do jornal e essa estamos de acordo em que «também» é dele. Se calhar até foi só dele e de mais uns poucos e não dos trabalhadores, até porque estamos bem recordados das Reuniões Gerais de Trabalhadores, onde foram frequentes os ataques ao Belo Marques.

Noutro ponto o, afirma Belo Marques «a certa altura passei a encontrar-me extraordinariamente cansado por ver que todos os esforços, meus em particular e dos trabalhadores em geral, se afiguravam inglórios». Belo Marques cansado era uma

imagem inesperada, assim que o soubemos em tal estado, perguntámos perplexos a amigos da Emissora Nacional, por onde ele andou, se seria lá o trabalho que o cansara tanto. Foram categóricos: também não foi lá que ele se cansou. A partir daí desistimos e ficámos com duas hipóteses: Há os que pensam que ele se cansou a preparar a viagem para a Holanda. Há outros que afirmam que foi a preparar o golpe de mão do passado dia 19. Das muitas afirmações de Belo Marques, transcrevemos mais uma, em que explica porque é que queria ser director: «Fiquei para tentar transmitir ao «República» as suas linhas orientadoras do órgão de comunicação feito e dirigido à medida de individuais tradições históricas.» Esta é das melhores. Para garantir a fidelidade à tradição histórica do jornal, propunha-se o ex-publicitário substituir-se ao antifascista Raúl Rego, um dos homens que justamente assegurou essa tradição histórica. Prescindimos de mais comentários.

A terminar, diz Belo Marques: «O Povo deste País há-de saber de que lado está a razão». Quanto a isto, nós dizemos: o Povo, na sua esmagadora maioria, já sabe de que lado está a razão. Demonstrou-o claramente no dia

19 de Maio e tem vindo a demonstrá-lo no apoio que nos faz chegar todos os dias.

FAZER CRER QUE...

O «Sempre Fixa» de hoje publica uma peça sobre o «caso «República», que como habitualmente prima pela «objectividade», «imparcialidade» e «independência»... Dispensamo-nos de analisá-lo: o Povo português sabe bem onde se encontra a Informação e onde ela é distorcida. Há, porém, uma pequena passagem que gostaríamos de não deixar passar em claro. O «Sempre Fixe» classifica de «precipitação» o facto de «alguns colegas da Informação» pretenderem «fazer crer ao Povo português que está em perigo a liberdade de Imprensa».

Luís d'Oliveira Nunes, Manuela de Azevedo, Mateus Boaventura

Com efeito, a má-fé não poderia ir mais longe. Quando uma voz livre na Imprensa portuguesa é amordaçada, quando os seus redactores quase são impedidos de transmitir ao Povo as suas razões, quando os órgãos da comunicação social estão concertados para impingir ao Povo a verdade dogmática — não estará a liberdade de Imprensa em perigo? Para o «Sempre Fixe» poderá ser «precipitação» uma análise baseada na pura constatação das realidades — especialmente se recordarmos que a injeccção dos dogmas obedece a orientações precisas. Nos países de Leste, as «precipitações» são pagas caras.

«Acontece que, na Redacção, se fez uma votação secreta que deu os seguintes resultados: 19 jornalistas votaram contra a publicação do comunicado, 19 votaram a favor, houve um voto em branco e uma abstenção. Luís d'Oliveira Nunes, Manuela de Azevedo, Mateus Boaventura

Mas, com efeito, o comunicado desta madrugada do Conselho Superior da Revolução salienta a necessidade de manutenção do pluralismo no processo revolucionário português.

Mas, com efeito, as eleições livres de Abril deram uma clara derrota à via autoritária e ditatorial. Mas, com efeito, o Povo português está consciente dos perigos que corre a liberdade de Imprensa em Portugal — não é preciso que o alertem; basta o «caso República». E é inútil que o «Sempre Fixe» queira fazer crer o contrário.

Mas, com efeito, o comunicado desta madrugada do Conselho Superior da Revolução salienta a necessidade de manutenção do pluralismo no processo revolucionário português. Mas, com efeito, as eleições livres de Abril deram uma clara derrota à via autoritária e ditatorial. Mas, com efeito, o Povo português está consciente dos perigos que corre a liberdade de Imprensa em Portugal — não é preciso que o alertem; basta o «caso República». E é inútil que o «Sempre Fixe» queira fazer crer o contrário.

O povo português assiste com espanto à tentativa de impor uma nova **CENSURA**

— afirmou Maria Estrela, da Emissora Nacional, no comício em defesa da Liberdade de Expressão

«Após o 25 de Abril, o mesmo povo português assiste, com espanto e indignação, à escalada de grupos interessados em impor nova forma de censura e em estabelecer uma política de desinformação, para servir, uma vez mais, intentos ditatoriais.» — afirmou Maria Estrela, da Emissora Nacional, no comício do passado dia 24 no Pavilhão dos Desportos.

Historiando os métodos de assalto àquela estação emissora, Maria Estrela disse, a dado passo:

«Seria longo e fastidioso descrever aqui o que foi a incompetência de alguns desses que ali se foram instalando e para lá levaram família. Curioso seria analisar ainda o que tem sido, de facto, o trabalho dessas pessoas. Podíamos falar também dos

«revolucionários» que em oito meses arrecadaram mais de 110 contos, dos cachets de 30 contos mensais, fora o ordenado, enfim, nunca mais saíram daqui.»

Seguiu-se uma enumeração pormenorizada de consecutivas manipulações («quer isto dizer que, mal acordou no dia 26, o povo português levou logo, na Emissora, uma roda de ignorante e mentecapto»), salientando-se a que se refere ao silenciamento da manifestação de apoio de trabalhadores da E.N. à direcção, e o impedimento de difusão de um apontamento de reportagem efectuado no passado dia 18 na sede do M.R.P.P., e, até mesmo, dificuldades à difusão de um comunicado da 5.ª Divisão do E.M.G.F.A. não transmitido num «último jornal», chefiado por um militante do P.C. que fundamentou a recusa em «ordens superiores».

SR. ALMIRANTE: ESTAMOS MAGOADOS CONSIGO

«... aumentando na imprensa internacional, graças à sua influência, um pequeno incidente interno entre a direcção e 200 trabalhadores dum jornal, o Partido Socialista tratou de certa maneira o País.»

São palavras do almirante Rosa Coutinho, membro do Conselho da Revolução, no próprio dia em que o Conselho se sentava à mesa das conversações com os responsáveis do Partido Socialista para encontrar uma solução para a crise política.

Com o respeito que nos merece a figura carismática do almirante, diremos que, das duas uma: ou o senhor almirante não entendeu o problema, ou não quis entender.

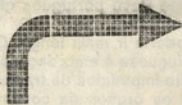
De qualquer modo, após as suas afirmações ao «Quotidien de Paris», nós é que não entendemos como o sr. almirante pôde sentar-se à mesa de um Conselho da Revolução que, no dia do «Quotidien», parlamentava com quem «tratou o país» para encontrar as soluções de vários problemas, entre os quais o do «pequeno incidente interno de um jornal».

Para além da ironia, senhor almirante, estamos magoados consigo. Somos só 24 trabalhadores, mas sabemos o que escrevemos. E havemos que continuar assim, para servir a Revolução.

A QUEM SIRVA A CARAPUÇA

«A posição do Partido Comunista Italiano em relação ao caso «República» não foi noticiada pela Emissora, que, contudo, não deixou de referir a posição de Willy Brandt» — salientou Maria Estrela, para depois recordar a transmissão de passagem das intervenções de Alvaro Cunhal no programa da R.T.P. «Responder ao País», enquanto as intervenções no mesmo programa, de Mário Soares e Magalhães Mota não foram divulgadas.

«De que serve dizerem-nos que há liberdade de expressão, que está assegurado o pluralismo, quando o que nós vemos são estes atropelos constantes, esta discriminação arbitrária, esta constante desinformação?» — pergunta Maria Estrela, pergunta que transferimos a zelosos próceres da movimentação que culminou com o silenciamento do nosso jornal e que na E.N. detém «ultrajosa presença, ou deturxaram indelével rasto».



Pouco mais de quarenta e oito horas após os incidentes que levaram ao fecho de «República», as ruas de Lisboa encheram-se de uma multidão calculada em 100 mil pessoas e viram desfilar a vontade do Povo — a vontade inequívoca de defender a liberdade de expressão reconquistada em 25 de Abril. As duas imagens que reproduzimos nesta página dão ideia, ainda que pálida, da grandiosidade da manifestação, e servem, ao mesmo tempo, como homenagem nossa a quantos nela participaram.

A MORTE DE UM JORNAL

“REPÚBLICA” VISTA PELO “NOUVEL OBSERVATEUR”

O título de o «Nouvel Observateur» — um jornal progressista, várias vezes proibido em Portugal antes do 25 de Abril. Para nós, trata-se de um título pessimista, porque acreditamos na sua rápida ressurreição, e estamos a fazer tudo por ela. O conteúdo, porém, revela a consciência clara da gravidade do «caso República», consciência que nem sempre têm revelado alguns responsáveis que se pronunciam sobre o assunto.

Por outro lado, sublinha-se o silêncio a que a maioria da imprensa tem votado em opiniões progressistas do estrangeiro sobre o encerramento da «República». Tal atitude assiste-se na manipulação da opinião pública descaradamente praticada pela maioria dos órgãos de informação portugueses.

Transcrevemos algumas passagens do artigo de René Backman no «Nouvel Observateur» sobre o encerramento da «República».

«Os quatro funcionários da Polícia de Segurança Pública, de uniforme cinzento claro, que guardam a porta fechada há uma semana do diário «República», pagariam caro para estar noutro sítio. Entre os seus hóspedes apercebem-se os selos de laque vermelho colocados por sugestão do ministro da Comunicação Social, Jorge Correia Jesuino. Do outro lado da Rua da Misericórdia, que os eléctricos investem com grande ruído abrindo caminho a campanhas, os curiosos atropelam-se para ver a cena.

No paredão do edifício da Federação Socialista de Lisboa, em frente da «República», militantes afixaram um número polícopiado do jornal que relata o caso (...). «De que lado está o M.F.A.?» perguntavam, na semana passada, aos comandos do COPCON os manifestantes que vieram protestar contra o encerramento do jornal. «Vi um soldado chorar quando os seus camaradas do COPCON atiraram para o ar para afastar a multidão», diz uma testemunha.

A verdade é que «República» não é — não era? — um jornal como os outros. Ao longo do pesadelo fascista foi o único órgão da oposição, Asfixiado pelas multas, amordaçado pela censura, conseguia fazer passar todos os dias um pouco de ar fresco no meio de uma imprensa seryil. A força da «República» era a sua independência. Enquanto todos os diários de Lisboa pertenciam a bancos ou grupos financeiros, «República» era propriedade de uma multidão de pequenos acionistas, de alguns escritores, jornalistas, universitários, socialistas ou simpáticos. Foi este o único jornal que tinha dado a entender, antes do 25 de Abril, que o exército se agitava e mudava. (...) Antes de ser fechado «República» vendia quarenta e cinco mil exemplares, «O número aumentava regularmente, diz Raul Régio, e estávamos logo a seguir ao Diário Popular, em segundo lugar na tiragem dos jornais da tarde».

Numa imprensa que, com poucas excepções, não mudara com o 25 de Abril, louvando o novo regime tão monocraticamente como tinham louvado o antigo, «República» fazia, é certo, ouvir a voz do Partido Socialista — grande parte dos seus redactores eram militantes ou simpáticos e Raul Régio foi eleito deputado socialista — sobretudo, continha uma tribuna livre e crítica, aberta nomeadamente à extrema esquerda.

O «Nouvel Observateur» compreende a participação de Mário Soares na nossa luta

O mesmo número do «Nouvel Observateur» — que a imprensa portuguesa parece não ter lido — inclui um artigo do director Jean Daniel, intitulado «O combate de um homem simples». Respiramos algumas passagens. «Há nesse país um homem simples que mantém com uma invencível obstinação, um verdadeiro, um grande combate pelo socialismo. Ele trava este combate,

entre outras razões, porque um jornal foi caído. E era, para além de tudo o mais, um pequeno jornal. Tinha o belo nome de «República». Era um jornal do povo socialista. Para protestar contra a sua desapareição, dezenas de milhares de portugueses, socialistas ou não, manifestaram-se na quinta-feira passada, apesar de advertências e ameaças.

Passam-se hoje no mundo mil acontecimentos aparentemente mais grave e na realidade mais mortíferos. No entanto, alguma coisa nos diz que, na história da liberdade e do socialismo, esta semana portuguesa pela sobrevivência de um pequeno jornal terá contado mais que tudo. Compreende-se confusamente um pouco por toda a parte o símbolo da «República»: é a causa do único socialismo que merece o nosso sacrifício.

O homem simples é Mário Soares. Um homem de que os nossos leitores têm ouvido falar algumas vezes no nosso jornal e sobre o qual nos aconter-se-iam algumas reservas. Este advogado, filho de um antigo ministro, passou dez anos da sua vida na prisão e no exílio. Mas não teria ele demasiada nostalgia da «democracia burguesa»? Saberá ele dirigir-se às massas populares? Poderiam os operários reconhecer-se nele? Seria ele capaz de compreender os dirigentes do Movimento das Forças Armadas? Conheceria ele os dados específicos do subdesenvolvimento do seu país?

Ora, em algumas semanas, eis que o nosso homem pulveriza todas as reservas, faz voar em estalilhas as dúvidas circunstanciais bem como as análises teóricas. Pelo seu encarniçamento, concentra sobre si mesmo os olhares

fascinados que tinham tendência a fixar-se nos militares e nos comunistas.

Falar às massas? Nenhum tribuna se revelou mais carismático do que este burguês de pilébrico pesadas. Nem sequer Alvaro Cunhal, cujos traços nobres o impunham aos estrangeiros dilettantes. Representativo? Não só Mário Soares criou com todas as peças um partido que se tornou o mais poderoso de Portugal mas também prova que os portugueses aprendem muito depressa a democracia. A Igreja aconselha a votar pelo partido conservador: a maioria do povo português vota pelo partido Socialista.

O Movimento das Forças Armadas? Mário Soares não cessa de proclamar que Portugal lhe deve a libertação. Mas ele não separa o destino do seu país do da Espanha, tal como o leader do Partido Comunista Espanhol, Santiago Carrillo, não separa o destino do seu país do de Portugal. Ele pensa que a península Ibérica se libertará inteira ou não se libertará. Se o exército português tivesse a infelicidade de se dirigir para qualquer forma de ditadura comunista, o exército espanhol tornar-se-ia ainda mais fascista do que o seu franquismo de hoje. Mas, de todas as formas, os americanos instalaram-se rapidamente em Portugal, enquanto os Soviéticos ocupariam Belgrado e Bucareste.

A tentação «social-democrata»? Que significado tem esta acusação depois da assinatura dum pacto revolucionário com os comunistas e as Forças Armadas? E como justificar então esta ofensiva anti-socialista bem como o controle dos sindicatos, dos municípios e dos meios de informação pelos comunistas?

E depois, subitamente, neste clima tenso, num belo dia da semana passada, obedecendo a uma palavra de ordem, operários comunistas recusaram deixar sair o único jornal onde o primeiro partido de Portugal conseguia ainda exprimir-se. Neste mau terreno, nestas má causas certos comunistas e certos leaders militares desprestigiaram-se. O povo, socialista ou não, não suportou

isto. Irremediavelmente liberal, Mário Soares conseguiu evitar todas as provas de força. Mas, indomavelmente democrata, entende não ceder em nada e pretende recuperar todo o terreno perdido.

Em toda a Europa compreende-se a importância da aposta. Os comunistas jugoslavios, romenos, espanhóis e Italianos apoiam o socialista Mário Soares. E admissível que seja o nosso julgamento sobre o papel de determinada formação política ou de determinado movimento militar, nada mais há a fazer hoje, imediatamente, e mesmo que um dia teremos de nos separar dele, do que ajudar este homem simples, Mário Soares, que combate pelo socialismo, pela liberdade — por nós próprios.

A MANIA DAS GRANDEZAS

Muita gente boa (e alguma má) ficou, certamente, boquiaberta quando viu na rua o primeiro número deste jornal, mormente depois de ter conhecimento do «falhanço» da operação Setúbal. Mas logo os «inteligentes» adiantaram o segredo da solução: como nas oficinas de «O Setubalense» haviam sido impressos alguns exemplares, um deles fora trazido para Lisboa e dele fora feito o folheto necessário para uma impressão «off-set». Nem mais nem menos. A grande, como é um pouco hábito neste país que continua a beira-mar plantado, com uma população de metade-metade: a primeira de puros sonhadores e a segunda de convencidos sabichões, que passam o tempo a pensar como poderão sobrepor-se aos primeiros, mesmo que para tanto seja preciso aplicar os mais sórdidos golpes baixos. Foi certamente por isso, por estarem habituados a grandes voos, que lhes veio à lembrança, rápido, seguro, o moderníssimo «off-set». Só que nós, parte integrante da primeira metade, desabituações das facilidades que os dólares ou os rublos concedem, tivemos que puxar pelo bestinho.

E, zás, como Colombo ao pôr o ovo de pé, sem o recurso aos grandes meios, encontramos a solução primária, tipográfica, utilizando três ou quatro arqueológicas «Heidelberg», daquelas que, nos países não subdesenvolvidos, já nem sequer servem para fazer cartões de visita. Pois foi assim, sim senhor. Como? Talvez agora os técnicos (ou os pseudo-entendidos) já percebam. Mas, para os outros, para quem não se preocupa com congnições, diremos apenas que foi uma vitória da experiência, da perseverança e do trabalho — sim, porque nós jornalistas, quer queiram quer não, também somos trabalhadores e, além disso, ainda há gráficos que pensam como nós, ou melhor, que estão interessados em pensar pela sua própria cabeça. E a dizer, em liberdade, o que as suas cabeças pensam.

V. D.

Interpretação "livre" das "amplas liberdades"

Reproduzimos um documento polícopiado e divulgado de mão em mão, na cidade de Lisboa, no mês de Maio de 1975, assinado por 21 jornalistas de «O Século». Trata-se de um documento exemplar no que respeita à interpretação das «amplas liberdades» anunciadas por um partido ao assalto do poder. Representa a constatação dolorosa de métodos censórios que a Revolução aparentemente dispensará em nome do respeito pela liberdade de expressão.

AVISO AOS LEITORES

Em primeiro lugar, devemos esclarecer o público leitor de que as frequentes notícias e notas de Redacção, «pontos de vista», e outros textos ideológicos de igual teor, não são produto da maioria dos jornalistas da Redacção de «O Século».

Esta nota tem como finalidade avisar precisamente os mesmos leitores de que grande parte dos jornalistas de «O Século» é alheia à maioria das posições políticas inseridas nas páginas do jornal.

As páginas do jornal servem de campo de batalha a um determinado

partido político (o PCP) a fim de digladiar o seu opositor (PS) e outras forças políticas.

Esta introdução serve de base para podermos definir a nossa posição perante uma notícia e respectiva «nota de Redacção» vindas na página 3 de «O Século» de 28/5/76, encimadas pelo título: «Jornalistas da «República» contestam assembleia de classe».

A nossa primeira posição é esta: Defendemos as lutas dos trabalhadores. Criticamo-las quando elas forem mal conduzidas. Nunca as caluniamos.

Segunda posição: A assembleia do Sindicato dos Jornalistas poderia ter sido incorrecta; logo, deve ser criticada. Nunca «lançada».

Terceira posição: A nota de Redacção de «O Século» é arbitrária e anti-democrática por dela não ter sido dado conhecimento a muitos redactores do jornal. A partir de agora não permitiremos que uma minoria redactorial tome posição em

nome da maioria. Adiantamos mais: o chefe da Redacção não teve a confiança de muitos dos trabalhadores da Redacção no momento da sua nomeação.

Quarta posição: Admitimos a crítica como forma de superar os nossos erros e as nossas insuficiências.

Qualquer trabalhador de um jornal tem o dever de criticar a posição de outro trabalhador: é pela crítica, pela persuasão, que poderemos corrigir os erros, levando os camaradas menos esclarecidos politicamente a verificá-los e a ultrapassá-los.

Mantém uma posição de certeza absoluta é paternalismo reaccionário. Remo-nos pelas normas da democracia, da democraticidade interna; pela discussão, crítica e persuasão.

Em face do atrás exposto, alertamos os leitores para as manobras que se estão a passar nos órgãos de informação. (Seguem-se 21 assinaturas de trabalhadores da Redacção).

QUEM QUER QUE O POVO DESCONHEÇA AS VERSÕES DE AMBAS AS PARTES

— perguntou João Gomes na Conferência de Imprensa de ontem

«Quem tem medo da verdade? Quem tem medo que o povo português conheça a verdade? Quem é que está interessado em que a opinião pública conheça apenas a versão de uma parte neste lamentável incidente?» — perguntou o camarada João Gomes, chefe de Redacção da «República», no decorrer de uma conferência de Imprensa dada ontem, dia 30, nas nossas instalações improvisadas da Rua do Telhal.

João Gomes falava para numerosos jornalistas portugueses e estrangeiros, no decorrer de uma conferência de Imprensa dedicada a divulgar o andamento do processo «República» e as dificuldades em que os seus jornalistas travam uma luta original e de grande alcance pela liberdade de expressão e o direito à informação.

«Quisemos com este «Jornal do caso República» dar à opinião pública portuguesa uma informação correcta do que se está a passar» — referiu João Gomes. «Não se trata, como alguns pretendem fazer crer, da publicação do jornal «República», que há-de voltar a sair nos termos de um acordo ou de uma solução do problema, pelas vias competentes».

E mais adiante: «Este jornal



O director de «República», acompanhado pelo director-adjunto e pelos redactores, responde às perguntas dos jornalistas.

que tem vindo a ser desenvolvida pela Intersindical — directamente através dos seus responsáveis ou, num caso ou noutro, segundo julgamos saber, indirectamente —, que tem, através de contactos, telefónicos e pessoais, com algumas tipografias, exercido toda uma série de pressões, no sentido de não aparecer qualquer tipo de publicação ligada com a nossa actividade e com a

é que a Intersindical o faz. Em nossa opinião, ela mostra, desta forma, mais uma vez, estar verdadeiramente ao serviço de um partido em Portugal. Dispensamo-nos de frisar ou de referir o nome desse partido, porque suponho que todos nós o conhecemos. Queria pôr em evidência que alguns jornais, esta manhã, voltam a dar uma informação orientada e distorcida.»

Os incidentes no «Setubalense», onde o nosso 1.º número deveria ter sido impresso, foram relatados pelo nosso camarada Vitor Direito: «Na altura em que tinha começado a ser impresso, entraram na tipografia três indivíduos, dizendo-se delegados sindicais, e que queriam falar com os trabalhadores presentes. A ideia da suspensão da impressão do jornal só surgiu quando os três delegados sindicais puseram a questão. E foi aí, através de uma votação de braço no ar, perfeitamente limitativa da liberdade de decisão, que ficou decidido não se imprimir». Vitor Direito salientou, ainda, o facto de, durante a manhã, elementos do MDP e do jornal «Margem Sul», terem falado com os tipógrafos.

«Não estamos a defender a Lei de Imprensa», disse por seu turno o nosso camarada Alvaro Guerra. «Estamos essencialmente a defender a liberdade de expressão, que foi ameaçada e torpedeada.»

DOIS PRESOS
Dois jovens leitores, que distribuíam o «Jornal do caso Re-

FALECEU SERAFIM VITÓ

Foi hoje a enterrar o nosso camarada Serafim Vitó, que durante muitos anos prestou serviço de continuo na redacção da «República».

Serafim Vitó faleceu antontem, na sequência de uma longa doença que o não poupou.

A sua família, apresenta todo o corpo redactorial do «Jornal do Caso República» as suas mais sentidas condolências.

pública», foram, antontem, presos sob acusação de que a publicação seria clandestina — revelou Vitor Direito durante a conferência de Imprensa. «A queixa tinha sido feita pelo segundo vogal da Direcção do Sindicato das Artes Gráficas, sr. Carlos Alberto da Silva Freitas, apresentando como argumentos que o jornal era clandestino porque custava só 2\$50 e porque tinha no

título a palavra «República», esclareceu. Um dos jovens tinha sido atraído a uma taberna, por «o comprador não ter dinheiro trocado». Daí foi chamada a Polícia, a fim de deter os dois vendedores. «Esta forma de actuação não pode ter outra classificação que a de pidesca», concluiu Vitor Direito, que informou, ainda, terem já sido libertados os dois jovens.

“VOCÊS PUSERAM-ME A QUESTÃO HONESTAMENTE E CLARAMENTE”

— afirmações de Jesus da Cunha, responsável pela Tipografia que imprimiu o primeiro número do nosso jornal

— Se os trabalhadores contrários à facção representada pelos trabalhadores da Redacção do «República» entendessem fazer, também eles, um jornal sobre o caso «República», esta tipografia fá-lo-ia — disse-nos Jesus da Cunha, um dos responsáveis pela tipografia que imprimiu o nosso jornal, depois de ter recebido uma comissão de gráficos que ali se dirigiu com o objectivo de impedir a continuação da feitura do «Jornal do caso República» naquela casa gráfica. «É assim que entendo a liberdade de expressão: dar possibilidades a quem as pede, desde que elas não colidam com as conquistas feitas no 25 de Abril, claramente definidas no Programa do Movimento das Forças Armadas. Aliás — continuou — o Programa do M.F.A. constitui para mim uma espécie de Bíblia, embora com algumas folhas em branco, não impressas. De qualquer modo, penso que muitas pessoas que invocam o Programa do M.F.A. a propósito de tudo, talvez nunca se tenham dado ao trabalho de o ler...»

Jesus da Cunha referiu ainda o apelo em tempos feito pela oficina que dirige, através dos jornais — e por muitos publicado — sem que

haja encontrado por parte de quem quer que fosse, incluindo os tipógrafos, qualquer espécie de aceitação.

(A tipografia utilizada para a feitura — conseguida — do «Jornal do caso República» constitui, tanto quanto sabemos, a primeira, pós-25 de Abril, a funcionar no sistema de cooperativa conquistada por trabalhadores. Foi uma luta longa. E tiveram que lutar sozinhos).

— Quando vocês me contactaram, eu fiquei com a impressão de que me tinham posto a questão honestamente e claramente.

A uma pergunta:

— Agora que fui visitado por uma comissão da parte contrária, que nos expôs a sua versão do caso, continuo a pensar que vocês me puseram a questão honestamente e claramente.

«Se o conflito no «República» fosse um conflito de trabalho; se os trabalhadores estivessem a lutar por melhores condições; se a luta fosse laboral e não política, nós estaríamos solidários com eles. Assim, não. Aqui, tratamos de trabalho. Produzimos. Há uma separação automática entre o trabalho e a política.»



Alvaro Guerra, João Gomes e Vitor Direito durante a Conferência de Imprensa.

é um meio de responder e de esclarecer toda uma série de distorções dos factos que é feita por alguns órgãos da Imprensa, da Rádio e da própria RTP».

As pressões da Intersindical no sentido do boicote à informação livre, foi outro dos temas abordados pelo nosso camarada João Gomes. «Queremos pôr em evidência — disse — a acção

nossa luta, visando esse esclarecimento. A Intersindical diz estar a defender os interesses, os pseudo-interesses da classe dos gráficos. Nós não concordamos, consideramos que esta posição não é correcta. Há dezenas e dezenas de gráficos que estão conosco, que o têm manifestado de viva voz, pessoalmente ou por outras formas, e, portanto, pretender que são todos os gráficos que estão contra a redacção e a direcção do jornal «República», é inteiramente falso. Trata-se de uma posição que só pode dividir a classe trabalhadora portuguesa. E nós perguntamos em nome de que interesses

«JORNAL DO CASO REPÚBLICA»

Proprietário: Gustavo Soromenho Redacção e Administração: Rua da Emenda, 13-3. — Lisboa-2 Composto e Impresso: E.P.S.— Montijo.